

FGV diz que para pagar juros País se endividará mais ainda

Rio — O Brasil precisará aumentar em termos reais seu endividamento externo este ano, para fazer face ao pagamento de US\$ 12 bilhões da conta de juros e remessa de capitais, pois, dos US\$ 6 bilhões do saldo previsto da balança comercial, cerca de US\$ 4 bilhões serão absorvidos pelo déficit da conta serviço, na qual se inclui o pagamento de despesas de fretes, seguros, turismo e arrendamento. Essa é a conclusão a que chegou a Carta do Ibre, formulada com base na medida de opiniões dos economistas do corpo permanente do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), da Fundação Getúlio Vargas.

Aquela situação, segundo a Carta do Ibre, importará em que o reescalonamento da dívida externa somente será possível com ampliação de seu nível pelos próximos dois ou três anos, com financiamento completo, ou quase completo de juros. Será igualmente necessário, dizem os economistas da Carta do Ibre, "uma razoável extensão de todos os prazos de amortização nos vencimentos futuros".

Argumenta, ainda, o Instituto brasileiro de Economia, da FGV, sobre a necessidade de ser devolvida aos credores externos a "confiança na eficácia do programa de reescalonamento", enquanto que os países credores esperam que o comércio internacional se ampliará no ritmo adequado ao cumprimento dos novos compromissos por eles assumidos.

A Carta do Ibre também critica os desvios em relação à programação do balanço de pagamentos, assinalando que tais desvios ressaltam a necessidade já publicamen-

te admitida pelo governo brasileiro de negociação de créditos externos suplementares.

Entre os vários itens do balanço de pagamentos cuja execução diverge das previsões iniciais, a Carta do Ibre enumera os seguintes, como os de maior importância: os juros da dívida, inicialmente calculados em US\$ 9 bilhões, poderão sofrer acréscimos de US\$ 2 a US\$ 3 bilhões; a parcela de investimentos, projetada em US\$ 1,5 bilhão, deverá sofrer um provável corte de cerca de US\$ 1 bilhão; os créditos de fornecedores e instituições oficiais, previstos em US\$ 4,5 bilhões, com diferença para menos de US\$ 0,5 a US\$ 1 bilhão. Naqueles três itens, segundo a Carta do Ibre, a necessidade de recursos adicionais ao que fora negociado nos projetos 1 e 2, com os credores externos, "ascenderia a algo em torno de US\$ 3,5 a US\$ 5 bilhões". E ainda haveria o impacto negativo da redução das disponibilidades dos dois outros projetos: do número 3 (crédito comercial, uma diferença prevista de US\$ 1,5 bilhão; e no projeto 4, referente às linhas de financiamento interbancárias, a diferença não seria inferior a US\$ 2 bilhão em relação à reivindicação apresentada pelas autoridades brasileiras.

A Carta do Ibre também destaca a reduzida abertura conseguida em relação ao comércio exterior, apesar de todo o esforço desenvolvido dos últimos anos para aumentar as exportações. Relativamente ao seu tamanho econômico, o Brasil é hoje um dos países de menor comércio com o resto do mundo", observa a Carta do Ibre.